

AVALIAÇÃO DO BACHARELADO EM TURISMO NO BRASIL À LUZ DO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES (ENADE)

**EVALUATION OF THE BACHELOR OF TOURISM IN BRAZIL IN LIGHT OF THE
NATIONAL EXAMINATION OF STUDENT PERFORMANCE (ENADE)**

**EVALUACIÓN DE LA LICENCIATURA DE TURISMO EN BRASIL A LA LUZ
DEL EXAMEN NACIONAL DE DESEMPEÑO DE LOS ESTUDIANTES (ENADE)**

Alissandra Nazareth de Carvalho

Professora Adjunta da Universidade Federal de Ouro Preto

Doutora em Geografia pela UNESP

E-mail: alissandracarvalho@yahoo.com.br

Luciana Araújo de Holanda

Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco

Doutora em Administração pela UFPE

luciana.holanda@ufpe.br

Patricia Cristina S. Martins

Professora Assistente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Mestre em Geografia pela UFMS

martinspatriciacristina@gmail.com

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo

Professora Assistente da Universidade do Estado do Amazonas

Mestre em Geografia Humana pela USP

cbarroncas@uea.edu.br

Data de Submissão: 13/06/2017 – Data de Aceitação: 04/06/2018

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo avaliar o curso de bacharelado em Turismo no Brasil com base nos indicadores dos cursos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), no período de 2006 a 2012, bem como conhecer a visão que as Instituições de Ensino Superior (IES) e as associações/entidades profissionais da área de turismo têm a respeito do referido exame. Para construção deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, nas quais foram aplicados questionários a docentes e coordenadores de cursos, bem como a representantes de associações e entidades de classe. Foi possível observar que o Enade é um instrumento de avaliação relevante que impacta na

formação do estudante, bem como na atuação de coordenadores e professores de IES, ainda que a relevância desse processo e a infinidade de possibilidades de aprimoramento educacionais apresentadas pelo referido exame não estejam totalmente claras para esses acadêmicos e profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Enade. Turismo. Qualidade do Ensino Superior.

ABSTRACT: This article aims to evaluate the Bachelor's degree in tourism in Brazil, based on the indicators of courses in the National Examination of Student Performance (ENADE), from 2006 to 2012. It also investigates the opinions of Institutions of Higher Education and professional associations/entities in the area of tourism with regard to this examination. For the construction of this work, bibliographical, documentary and field research were carried out, with questionnaires being applied to teachers and course coordinators, as well as representatives of associations and class entities. It was observed that the Enade is a relevant evaluation tool that impacts on student training and on the performance of coordinators and teachers, although the relevance of this process and the infinity of educational improvement possibilities presented by this exam is not totally clear to these students and practitioners.

KEYWORDS: Enade. Tourism. Quality of Higher Education.

RESUMEN: El presente artículo tiene como objetivo evaluar la carrera de Licenciatura en Turismo en Brasil con base en los indicadores de las carreras en el Examen Nacional de Desempeño de los Estudiantes (Enade), del período de 2006 a 2012, como conocer la visión que las Instituciones de Enseñanza Superior (IES) y las asociaciones/entidades profesionales del área de turismo tienen a respecto del referido examen. Para la construcción de este trabajo fueron realizadas investigaciones bibliográficas, documental y de campo, en las cuales fueron aplicados cuestionarios a los docentes y coordinadores de las carreras, como a representantes de asociaciones y entidades de clase. Fue posible observar que el Enade es un instrumento de evaluaciones relevante que impacta en la formación de estudiante, como también en la actuación de coordinadores y profesores de IES, aún que la relevancia de este proceso y la infinidad de posibilidades de perfeccionamiento educacionales presentadas por el referido examen no estén totalmente claras para estos académicos y profesionales.

PALABRAS CLAVE: Enade. Turismo. Calidad de la Enseñanza Superior.

INTRODUÇÃO

Um dos principais objetivos do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é aferir o desempenho dos estudantes de graduação em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares do curso de graduação, bem como suas habilidades face às exigências decorrentes da evolução do conhecimento, além de competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico da profissão, ligados à realidade brasileira e mundial, somadas a outras áreas do conhecimento.

As especificações necessárias à elaboração das provas do Enade são delegadas às Comissões Assessoras de Área (CAA), designadas pelo Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as quais deliberam a respeito de suas diretrizes, ou seja, sobre os conhecimentos, as competências e as habilidades a serem avaliados em cada área.

Em linhas gerais, as CAA são constituídas por coordenadores e vice-coordenadores de cursos de graduação das respectivas áreas ou ex-componentes de comissões anteriores, que exercem a função de conceber e definir o formato do exame, além de contribuir para a análise de seus resultados.

O presente artigo tem por objetivo avaliar o curso de bacharelado em Turismo no Brasil com base nos indicadores dos cursos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), desde sua primeira edição na área de Turismo, em 2006, bem como nas edições posteriores realizadas trienalmente; e conhecer a visão que as Instituições de Ensino Superior (IES) e as associações/entidades profissionais da área de turismo têm a respeito do referido exame.

Para tanto, foi apresentado um panorama histórico do ensino superior em Turismo no Brasil, abordando a relação do Enade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo. Foram elencados

indicadores do Enade sobre a qualidade da formação do Bacharel em Turismo e os resultados de desempenho dos alunos por meio dos itens da formação geral e componentes específicos da área do Turismo (conceituais e relativos à prática profissional). Foram apresentados os conceitos dos cursos de Bacharelado em Turismo no exame conforme a organização acadêmica, a natureza jurídica e a região geográfica das Instituições de Ensino Superior (IES) participantes e, por fim, apontou-se a visão que docentes, coordenadores de curso e representantes de associações/entidades profissionais possuem sobre o exame.

Espera-se que a presente reflexão sobre o Enade na área de Turismo subsidie o INEP e as CAA no aprimoramento da concepção das diretrizes (conhecimentos, competências e habilidades a serem avaliados), além de contribuir com futuras definições do formato do exame, bem como o trabalho das próximas coordenações de cursos de Bacharelado em Turismo e seus respectivos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), na composição e na organização dos componentes curriculares, visando à melhoria da qualidade do ensino superior em turismo no Brasil.

O ENSINO SUPERIOR EM TURISMO NO BRASIL

A trajetória histórica do ensino superior de Turismo no Brasil teve início em 1971, quando foi criado o primeiro curso de bacharelado em turismo na Faculdade de Turismo do Morumbi (atual Universidade Anhembi Morumbi), em São Paulo (Rejowski, 1996; Barretto, 1996). O currículo mínimo e a duração do curso superior em Turismo no Brasil foram estabelecidos pelo Parecer nº. 35/71 do Conselho Federal de Educação (Rejowski, 1996; Barretto, 1996).

Ainda na primeira metade da década de 1970, a Universidade de São Paulo e as Universidades Católicas do Rio Grande do Sul, de Campinas e de Pernambuco criaram seus bacharelados em Turismo (Oganauskas, Gomes e Andrukiu, 2012). Desde então, começaram a surgir outros cursos superiores de Turismo e Hotelaria em todo o território nacional (Matias, 2002).

A concepção do ensino superior como provedor de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho e como provedor de oportunidades tem ligação direta com o contexto político e social da criação dos cursos de graduação em Turismo no

país na década de 1970 (Barretto, 2006 *apud* Lima; Silva, 2007).

A ideologia da ditadura militar estimulava a criação de cursos que exaltassem as belezas locais, já que a exaltação nacional fazia parte da ideologia de dominação do governo e o *status* agregado ao diploma de nível superior reconhecido pela classe média como oportunidade de ascensão social foi fator importante que contribuiu para despertar o ensino do Turismo no Brasil (Barretto, Tamani e Silva, 2004; Silveira, Medaglia e Gândara, 2012).

A criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)¹, por meio do Decreto-Lei nº. 55/66 e o “milagre econômico brasileiro” impulsionaram o crescimento do turismo no país e trouxeram a necessidade de qualificar a mão de obra necessária para atuar nesse setor (Sogayar e Rejowski, 2011; Oganauskas, Gomes e Andrukiu, 2012), criando assim um contexto favorável à criação do bacharelado em Turismo.

Cabe salientar que os cursos de graduação em Turismo ofertados nessa época estavam vinculados, em sua maioria, a instituições privadas que aproveitavam o estímulo do governo à criação de cursos profissionalizantes (Dencker, 2004; Lima e Rejowski, 2011), nomeadamente, aqueles que promoviam a tecnologia e que não discutiam questões sociais, já que havia a proibição de cursos que instigassem a criticidade dos estudantes e os levassem a questionar o regime ditatorial (Teixeira, 2006).

Ao fim da década de 1970, havia cerca de 8 (oito) cursos superiores de Turismo/Hotelaria no país, tendo surgido outros, nos anos 1980, chegando ao total de 32 (trinta e dois) em 1994 (Rejowski, 1996). No biênio seguinte, houve um incremento de 25% no número de cursos de graduação em Turismo, atingindo o quantitativo de 40 (quarenta) cursos em 1996 (Ansarah e Rejowski, 1996), 69 (sessenta e nove) em 1997 (Ramos e Garcia, 2006) e 102 (cento e dois) em 1999, “momento este em que o país ultrapassava pela primeira vez a barreira dos 5 milhões de visitantes internacionais e vivia um bom momento econômico, em função de fatores diversos, como a estabilidade da moeda, abertura do mercado nacional, controle de inflação etc.” (Jesus, 2012: 4).

¹ Atual Instituto Brasileiro de Turismo, nomenclatura alterada pelo Decreto-Lei nº 448 de 14/02/92, mantendo-se a mesma sigla.

A partir de então, assistiu-se à proliferação de cursos que totalizaram, aproximadamente, 283 cursos no ano 2000 (Jesus, 2012), 380 em 2001 (Teixeira, 2001), saltando para 576 em 2002 (Ramos e Garcia, 2006), chegando a 637 em 2003 (Mota e Anjos, 2012), e 697 em 2005 (Ramos e Garcia, 2006).

Nos anos seguintes, registra-se um declínio no número de cursos, caindo para 526/586 em 2007 (Jesus, 2012; Lazzarotti *et al.*, 2010), chegando a 343 em 2010 (Jesus, 2012), voltando a crescer para 442 em 2011. Salienta-se que estes dados não são consensuais. Segundo Mota e Anjos (2012), a oferta de cursos passou para 1.094 em 2010, sendo 595 cursos de bacharelado, 450 tecnólogos e 1 de licenciatura.

Segundo dados extraídos do Sistema *e-MEC*, de 2013 a 2015, o número de cursos presenciais manteve-se em torno de 600, enquanto a modalidade a distância teve incremento gigantesco, passando de apenas 17 cursos em 2014 para 1.758 em 2015.

A história dos cursos de Turismo no Brasil, portanto, pode ser dividida em quatro fases. A primeira, na década de 1970, caracteriza-se pelo surgimento dos primeiros cursos; a segunda, nos anos de 1980, pela estagnação do número de cursos devido à crise econômica brasileira; a terceira, na década de 1990, pela valorização e grande expansão dos cursos decorrente, principalmente, do aumento da oferta de cursos e instituições de ensino particulares, em função da Política Nacional de Educação, que fomentava o ensino superior e a abertura de novos cursos; e a quarta e última, a partir de 2000, pelo equilíbrio entre qualidade e quantidade da oferta de cursos (Ansarah, 2002; Matias, 2002; Lima e Rejowski, 2011; Silveira, Medaglia e Gândara, 2012).

Para Ruschmann (2002), a grande expansão dos cursos na área está relacionada ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado pelo governo federal, em 1994, que estimulou o desenvolvimento do turismo a partir da esfera municipal, ressaltando a necessidade de pessoas qualificadas para o mercado turístico. Mota e Anjos (2012) atribuem à criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, o crescimento acelerado da oferta de cursos em virtude da perspectiva mercadológica e da possibilidade legal de criação de novos cursos em prol do desenvolvimento socioeconômico do país.

Na visão de Sogayar e Rejowski (2011), a expansão dos cursos nas IES está intimamente relacionada à demanda percebida no mercado potencial do turismo e ao retorno financeiro que esses cursos poderiam trazer às instituições, visto que necessitavam de investimentos significativamente menores do que os cursos da área de saúde, por exemplo. Corroborando com esse pensamento, Silveira *et al.* (2012) consideram que a explosão de cursos de Turismo acompanhou a tendência de outros, tal como Administração, Comércio Exterior e Direito, que demandam pouca estrutura física de laboratórios. Estes cursos foram alvo das IES privadas interessadas em crescer dentro das possibilidades abertas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Brasil, 1996).

A expansão dos cursos em IES particulares e nas universidades públicas só veio ocorrer a partir da segunda metade da década de 2000, quando teve início a redução do número de alunos de Turismo e o fechamento de alguns cursos em IES privadas, refletindo problemas de sobrevivência dos cursos ou “acomodações” do mercado (Carvalho, 2008).

Esse breve histórico demonstrou as transformações pelas quais o ensino em Turismo no Brasil passou ao longo de quatro décadas desde a criação do primeiro curso no país. Em sua trajetória, a formação superior em Turismo no país tem se caracterizado por dois enfoques distintos na estrutura curricular dos cursos: um enfoque mercadológico voltado ao treinamento e à capacitação para atender às necessidades do mercado; e outro que dá maior direcionamento teórico, com foco principal na pesquisa e no estudo do fenômeno turístico e suas interfaces (Sogayar e Rejowski, 2011; Oganauskas, Gomes e Andrukui, 2012).

O currículo mínimo foi substituído pelas diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em turismo, estabelecidas pelo parecer CES/CNE nº 146/2002 (Shigunov, Neto e Maciel, 2002), reformuladas pelo parecer CES/CNE nº 288/2003 e pela Resolução nº 13/2006, que preveem uma formação generalista, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, e uma formação especializada, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, bem como o agenciamento, a organização e o

gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico (MEC, 2002; 2003; 2006).

As diretrizes curriculares do curso de Turismo dão ênfase ao desenvolvimento de 19 competências e habilidades as quais passaram a ser avaliadas pelo Enade a partir de 2006. É, portanto, este exame o objeto de estudo da presente investigação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa, tendo empregado a pesquisa bibliográfica, documental e de campo como procedimentos metodológicos para sua construção.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, dissertações, teses e artigos científicos nacionais na área de Turismo e Pedagogia, visando embasar as análises. Já a pesquisa documental foi realizada tomando por base os pareceres do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, dados do Sistema *e-Mec* e os Relatórios Síntese do Enade elaborados pelo INEP ao término de cada ciclo do exame.

A pesquisa de campo consistiu na realização de dois *surveys on-line* por meio de aplicação de questionário elaborado no *google forms*. O primeiro levantamento foi direcionado a professores e coordenadores de curso de IES do Brasil. O questionário foi enviado via *e-mail* para a Rede de Pesquisadores Acadêmicos em Turismo (Repetur-Brasil), bem como para o banco de 609 endereços eletrônicos disponibilizados pelo INEP. Obteve-se uma amostra de 59 respondentes composta por coordenadores de curso (52,5%), professores (23,7%), membros do NDE (13,6%) e outros (6%).

A segunda sondagem foi voltada aos representantes de 19 Associações/Entidades Profissionais de todo Brasil, considerando as principais e mais conhecidas nacionalmente. Foi enviado o questionário para o *e-mail* institucional da Associação Brasileira de Agências de Viagens (ABAV); Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo (ABBTUR); Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA); Associação Brasileira de Empresas Organizadoras de Congresso (ABEOC); Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH); Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis

(ABLA); Associação Brasileira de Agências de Viagens Corporativas (ABRACORP); Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores de Turismo (ABRAJET); Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL); Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (BRAZTOA); Confederação Nacional do Turismo (CNTUR); Confederação Brasileira dos Conventions & Visitors Bureau (CBCVB); Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR); Federação Nacional de Turismo (FENACTUR); Fórum de Operadores de Hoteleiros do Brasil (FOHB); Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); Ministério do Turismo (MTur); Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS) e Sindicato das Empresas de Turismo (SINDETUR). Apesar do questionário ser extremamente objetivo, contendo apenas quatro questões, obteve-se somente 1 questionário respondido e 1 justificativa de não resposta por desconhecimento do assunto.

A coleta de dados primários ocorreu no período de 04 de maio a 12 de junho de 2015. As variáveis quantitativas foram analisadas por meio da estatística descritiva e as variáveis qualitativas por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

DESEMPENHO DOS CURSOS DE BACHARELADOS EM TURISMO NO ENADE

Neste item será apresentada uma breve análise a partir das informações disponíveis nos relatórios sínteses do Enade de 2006, 2009 e 2012 disponibilizados pelo INEP.

Um breve contexto foi apresentado a partir de dados quantitativos sobre aspectos que se julgaram interessantes serem analisados, tendo em vista a melhoria da qualidade dos cursos superiores de Turismo e sua existência em todas as regiões do país. O primeiro deles é o número de ingressantes que fez prova do Enade desde sua implantação em 2006, tendo esse número reduzido para 50% no ano de 2009, e em 2012 não houve participantes. Um mesmo cenário se aplica aos concluintes, porém, em 2012, o número de estudantes que fez prova, ao invés de decrescer, aumentou para 1.037. Fica evidente ainda que são estudantes do sexo feminino que prevalecem na escolha pelo curso (Brasil, 2006; 2009; 2012).

No que diz respeito à quantidade de cursos avaliados por edição, percebeu-se uma diferença mínima de 2006 para 2009, porém de 2009 para 2012 esse valor sofre decréscimo significativo, o que corrobora com o que foi exposto anteriormente a respeito da diminuição pela procura dos cursos de Turismo e também do fechamento de alguns deles (Brasil, 2006; 2009; 2012).

Em relação às instituições onde esses alunos fizeram o curso, percebeu-se que há uma concentração da oferta do curso de Turismo em instituições particulares. E ao analisar em quais regiões estes cursos estão concentrados, nos 3 anos de aplicação do Enade, a sua maioria está na região Sudeste do país, seguida da região Nordeste.

Percebeu-se que o número de cursos de Turismo no Brasil sofreu uma diminuição a cada edição do Enade, de 20% do ano de 2006 para 2009, e de 2009 para 2012 esse número foi reduzido em 45%.

RESULTADOS DE DESEMPENHO NOS ITENS DA FORMAÇÃO GERAL (FG) e FORMAÇÃO ESPECÍFICA (FE)

O componente de avaliação de Formação Geral das três edições do Enade foi composto por 10 (dez) questões, sendo 2 (duas) questões discursivas e 8 (oito) de múltipla escolha, utilizando situações-problema, estudos de caso, simulações e interpretação de textos e imagens, gráficos e tabelas, com as quais se pretendeu “investigar a formação de um profissional ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive” (Brasil, 2012: 6).

Quanto ao componente de avaliação de Formação Específica, este foi composto de 27 (vinte e sete) questões objetivas de múltipla escolha e de 3 (três) discursivas nas edições 2009 e 2012, e na edição de 2006 houve uma questão objetiva a menos e uma questão discursiva a mais (Brasil, 2006; 2009; 2012), totalizando 30 (trinta) questões na prova de componente específico e 40 questões no total.

Conforme dados dos relatórios síntese, pôde-se perceber que merece destaque o desempenho dos estudantes de 2006 quanto à Formação Geral, no qual obtiveram melhor pontuação, e em 2009

essa pontuação foi melhor em Conhecimentos Específicos, sendo também o ano com a melhor média geral na prova, 52,39 pontos. E, finalmente, a média geral que alcançou 51,1 foi a dos concluintes no Enade 2006.

DESEMPENHO GERAL DOS CURSOS DE BACHARELADO EM TURISMO

Segundo dados disponíveis no sistema *e-MEC*, participaram do Enade 2006 na área de Turismo estudantes oriundos de 397 Instituições de Ensino Superior (IES)². Apenas 14 delas obtiveram o conceito 5 (o máximo), tendo a grande maioria (162) ficado sem conceito, por não atingir pontuação mínima e 119 obtiverem conceito 3. Verifica-se, assim, um baixo desempenho dos cursos de Turismo no Brasil.

Em 2009, o número de IES participantes do exame diminuiu para 316 (trezentas e dezesseis). Segundo Jesus (2012), essa redução do número de participantes se deve ao grande número de IES que ficou sem conceito, refletindo no fechamento de um grande número de cursos no período entre os dois exames.

Os dados da segunda edição revelam um aumento substancial no nível de desempenho dos cursos de Turismo.

Considerando que os resultados do exame de 2009 foram melhores que o de 2006, podemos concluir que em parte houve uma “seleção” da oferta de cursos com base na qualidade do “produto” ofertado, com uma redução do número de IES na faixa de conceito 1 e 2, estabilização daqueles na faixa de conceito 3 e aumento dos cursos na faixa de conceito 4 e 5 (Jesus, 2012: 14).

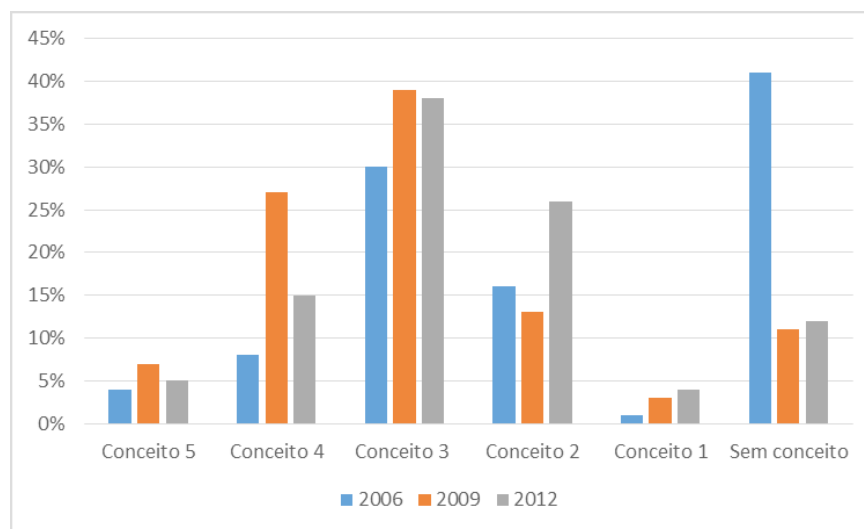
Em 2012, apenas 191 IES participaram do Enade, posto que os cursos de Hotelaria foram desobrigados de participar, obtendo um desempenho um pouco inferior em relação à edição anterior.

² Contrapondo com dados obtidos na pesquisa bibliográfica, percebe-se um número inferior de IES na edição 2006 posto que, segundo Ramos e Garcia (2006), havia 697 cursos superiores de Turismo em 2005. Em 2007, existiam 586 cursos e em 2010, 553 cursos, de acordo com Lazzarotti *et al.* (2010).

O Gráfico 1 traz o comparativo dos conceitos dos cursos de Turismo nos três ciclos avaliativos do Enade, mostrando que houve melhorias na

edição de 2009 e retrocessos em 2012, porém com resultados superiores à primeira edição de 2006.

Gráfico 1 - Comparativo do desempenho dos cursos de Turismo em 2006, 2009 e 2012.



Fonte: e-MEC (2015).

Verifica-se que a grande maioria dos cursos obteve conceito 3, o que equivale a um desempenho mediano.

VISÃO DAS IES SOBRE O ENADE

Neste item, pretendeu-se tecer algumas reflexões com base nos questionários aplicados aos coordenadores e aos professores das IES.

Com relação à visão dos respondentes sobre o Enade na área de Turismo, foi possível agrupar as respostas em cinco categorias: aqueles que acreditam que o exame é interessante apenas para o aluno (31%); que o exame é um instrumento interessante de avaliação tanto para alunos quanto para as IES (31%); que o Enade é interessante apenas para as IES (17,3%); o Enade não acrescenta em nada (6,9%) e, por fim, a categoria “outros” (13,8%), que agrupa respostas específicas para o curso de Hotelaria.

Das respostas acerca daqueles que acreditam que o exame é interessante apenas para o aluno, foi possível destacar os seguintes aspectos: o exame possibilita que se mensurem a aprendizagem e o conteúdo aprendido, testa conhecimentos, avalia esse aluno e o prepara para o mercado de trabalho. O Enade é visto como uma ferramenta ou instrumento de avaliação. Uma das respostas ilustra bem tais questões: “Acredito que o

Enade contribui de forma objetiva na avaliação do desempenho, competência, habilidade e conhecimento desenvolvido pelo acadêmico de turismo”. Porém, é importante destacar que, mesmo elogiando o exame, há uma consideração interessante a ser registrada: “Vale acrescentar que, na visão dos discentes, o Enade é uma atividade obrigatória não valorizada pelos mesmos”.

“O ideal seria que tanto IES, coordenadores, professores e alunos entendessem que o Enade é um instrumento interessante de avaliação tanto para alunos quanto para as IES” – resposta dada por 31% dos entrevistados. Afinal, ao avaliar o aluno, o exame permite que o conhecimento seja aferido e que haja teste de seus conhecimentos, além do aluno ter a oportunidade de se autoavaliar no sentido de se perceber no mercado de trabalho. Todavia, é também um “termômetro” para as IES, na medida que aponta falhas, caminhos e mesmo futuras referências para a área. É importante que se registre uma das respostas dadas que certamente precisa ser analisada pelo INEP e pelas próximas CAA da área de Turismo: “Acredito que o exame é de grande relevância para se compreender a importância e profundidade com que o turismo deve ser trabalhado. Porém, considerando as diferenças regionais, e suas disparidades no que tange ao ensino superior, é oportuno salientar que o exame precisa ser avaliado voltando-se para essas distintas realidades regionais”.

Para uma pequena parcela (17,3%), o exame é interessante apenas para as instituições de ensino superior. Argumentou-se que as instituições, a partir do exame, se adequam com relação ao currículo e à realidade da área, mas, sobretudo, a partir de boas notas, apresentam um diferencial competitivo. Para um dos respondentes, o Enade “contribui positivamente para a melhoria e constante atualização da grade curricular. Contribui para a obtenção de um equilíbrio entre os conteúdos trabalhados pelas diferentes IES no país”. Chamou a atenção uma resposta sobre a manipulação dos resultados do Enade por IES particulares:

Minha visão sobre o Enade está associada a minha experiência em instituições de ensino superior privadas. O Enade é mais importante para a IES que para o aluno. Nas IES particulares a nota do Enade pouco ou nada interfere na avaliação do aluno sobre o curso. A instituição vê uma oportunidade de ganhar diferencial competitivo na melhor das hipóteses, mas frequentemente teme uma má nota no exame que interrompa o vestibular e implique uma comissão de avaliação do MEC. É muito comum ter ações preparatórias nos semestres finais ou expedientes de gestão para selecionar os melhores alunos para a prova. Enfim, vejo na participação das IES privadas resultados deturpados por manipulações da gestão acadêmica.

Essa resposta convida a uma importante reflexão acerca do real sentido do Enade e sua verdadeira interpretação, sobretudo.

A resposta anterior convida a refletir o real sentido do Enade, ao uso do seu resultado, especialmente pelas IES particulares e como o cenário educacional se apropria desses índices.

A justificativa para aqueles que o Enade não acrescenta em nada (6,9%) está pautada nos seguintes argumentos: o exame é uma ferramenta política; o *trade* turístico não sabe e não leva em conta esse processo na hora de escolher o profissional para o mercado de trabalho; por acreditarem que uma única prova não é capaz de compreender todos os conteúdos existentes nos cursos do nosso país, sobretudo pelos mesmos terem perfis diferentes.

Concorda-se com a questão relacionada ao *trade*, inclusive relatada anteriormente nesse trabalho. Seria importante que o mesmo conhecesse a prova e a utilizasse sim na hora de contratar suas equipes. Porém se discorda do entendimento de que a prova não possui caráter avaliativo, afinal, os cursos precisam seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais e a prova contempla temas comuns a todos os cursos.

Quando perguntados se o Enade impacta a formação de profissionais na área de Turismo, 60,3% responderam ‘sim’; 34,5% que ‘não impacta’ e 5,2% deram ‘outras respostas’ (um não soube responder e as demais respostas foram ‘não se aplica’).

Aqueles que acreditam que a prova de fato causa um impacto na formação profissional destacaram aspectos relatados em respostas anteriores, mas que valem ser registrados novamente: qualifica o conhecimento; permite que o aluno reflita a partir de uma avaliação nacional e permite que as IES ajustem seus projetos pedagógicos e elaborem outras ações concretas.

A justificativa dada para aqueles em que o Enade não impacta na formação profissional é pautada também em aspectos levantados anteriormente: a prova não respeita a singularidade do país; os resultados não são conhecidos pelo público; para as IES privadas é uma maneira de qualificá-las no sentido de *marketing*. Merecem destaque algumas respostas para reflexão coletiva:

É um exame punitivo, os alunos vão porque são obrigados; nas IES públicas, muitas vezes, os alunos fazem o exame como forma de protesto; as IES somente se preocupam com o Enade as suas vésperas; os professores resistem em alterar suas práticas docentes; há muito professor sem condições de ser professor; os professores de outras áreas, via de regra, não conseguem relacionar sua área de origem com o turismo; há muitos cursos que deveriam fechar.

Particularmente, apesar de ter acompanhado e colaborado com o Enade até 2009, não percebi mudanças ou quaisquer melhorias que sinalizem que os cursos de Turismo preparam

bem para o mercado de trabalho e/ou setor público ou que é uma profissão, que como outra qualquer, gera emprego, renda, etc. Ao contrário, percebo cada vez menos cursos sendo ofertados no país (é um problema nacional) devido ao pouco interesse da sociedade civil em cursar Turismo (bacharelado ou tecnológico).

Talvez também seja a falta de conhecimento sobre o que faz o profissional egresso, áreas de atuação (efetivamente), absorção pelo mercado de trabalho (já que não há concursos públicos), baixa remuneração (na grande maioria dos casos), etc. Eis aí um outro desafio.

O foco recai nas áreas de planejamento e fundamentos, mostrando que ainda somos uma área em constante evolução, sem uma única base de análise.

Considerou-se que a pergunta “Quais as lições acumuladas após a realização de três edições do Enade 2006, 2009 e 2012 na área de Turismo?”³, certamente apresenta algumas perspectivas interessantes a serem consideradas pelo INEP, pelas próximas CAA em Turismo, mas também para coordenadores, professores, alunos e sociedade em geral refletirem sobre o Enade (tanto no Turismo quanto nas demais áreas).

As respostas mostram lições para as IES e corpo docente, sugerindo ações específicas para o curso e apresentando algumas críticas e sugestões para as próximas edições do Enade.

Fica claro o entendimento de que as IES aprenderam que é preciso preparar o aluno para a prova, que os professores precisam também trabalhar suas disciplinas atrelando o conteúdo ao exame sistematicamente e não apenas nos anos em que a prova será aplicada, tal como explicitam as respostas a seguir:

³ Já houve uma última edição do Enade em 2015, porém os dados desta edição ainda não foram publicados. As presentes autoras optaram por enviar sem esses dados atualizados, para que a pesquisa não ficasse estagnada. Ademais, fica essa atualização como sugestões para futuros trabalhos, uma vez que o presente trabalho não se esgota aqui.

Melhorar as abordagens ligadas à interpretação de textos ao longo das disciplinas; Favorecer menos a memorização de conteúdos e mais a formação de competências; Necessidade de um processo avaliativo continuado para que os cursos de fato correspondam às novas demandas para a formação profissional para o setor e não apenas nos anos das provas.

É necessário deixar claro para o aluno que além de estar preparado para o mercado de trabalho, também é preciso estar preparado para a prova do Enade.

A necessidade de trabalhar cuidadosamente os conceitos. A necessidade de que os alunos consigam trabalhar estes conceitos. A necessidade de contextualizar os conteúdos de ensino. A necessidade de trabalhar a leitura.

Sobretudo, evidencia-se que é preciso que os cursos insiram as discussões do exame nas ações pedagógicas do curso, que o mesmo seja uma referência no planejamento pedagógico das IES e que a interdisciplinaridade continue sendo também objeto de reflexão. Percebe-se um amadurecimento da área com relação ao Enade. Algumas respostas a este respeito valem a pena serem reproduzidas:

A cada ciclo, um aprendizado e as expectativas são sempre a de aproveitar o máximo os recursos projetados por uma boa nota. Isso dá maior visibilidade ao curso, à Instituição e conseqüentemente quem está à frente do processo, coordenadores e professores, sem falar nos próprios alunos que se sentem valorizados ao serem inseridos.

A necessidade de integração cada vez maior entre teoria e prática além do exercício constante da multidisciplinaridade.

O êxito de um curso de turismo é o resultado de uma soma de fatores: professores em constante atualização, alunos engajados, infraestrutura institucional e, principalmente, um novo conceito de ensino onde não se recebe

mais as informações de forma passiva, e sim de forma a obter o conhecimento para aplicá-lo em situações reais e inovadoras.

Com base nas lições acumuladas ao longo dos três ciclos avaliativos (2006, 2009 e 2012), os respondentes deram sugestões para as próximas provas:

Perguntas mais elaboradas e dissertativas, com uma preocupação maior com as realidades de cada região.

A avaliação deve focar mais no esforço de reflexão do aluno à “decoreba”. A prova de 2012 representou um enorme avanço neste sentido.

No meu entendimento traz o turismo de forma ampla e caracteriza o planejamento e a gestão. No entanto, faltam mais questões específicas sobre que áreas do turismo como ecoturismo, roteiros turísticos entre outros.

Que as áreas específicas de conhecimento (Turismo, Hotelaria, Gastronomia, Eventos, etc.) merecem provas específicas, pois se a formação acadêmica fosse a mesma, não haveria razão alguma para a criação de cursos diferentes. Avaliar sem promover melhorias na qualidade da infraestrutura dos cursos de graduação nas universidades públicas (bibliotecas, laboratórios específicos, insumos para aulas práticas, etc.) é um verdadeiro contrassenso.

Essas sugestões deveriam ser compartilhadas e refletidas dentro das universidades, especialmente nos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), e para além disso, garantir um diálogo permanente com os egressos.

VISÃO QUE ASSOCIAÇÕES/ ENTIDADES PROFISSIONAIS DA ÁREA TÊM SOBRE O ENADE

Na área de Turismo, existem diferentes associações profissionais justamente pela

diversidade de áreas que o segmento reúne: agências e operadoras de viagens; empresas organizadoras de eventos; hospedagem; alimentação; transportes; além das entidades relacionadas ao poder público.

Nesse sentido, foram enviados questionários para 19 entidades elencadas na seção metodológica. Certamente há outras instituições e associações no Brasil, todavia, para fins dessa pesquisa, entendeu-se que as entidades mencionadas são as principais e mais conhecidas nacionalmente e, portanto, atenderiam aos objetivos dessa pesquisa, a título de recorte.

O questionário enviado teve como objetivo geral avaliar a visão dessas associações ou entidades sobre o Enade. Por entender que nem sempre as pessoas que estão à frente desses locais possuem tempo disponível, elaborou-se um questionário extremamente objetivo, contendo apenas quatro questões. Porém, apenas uma entidade respondeu devidamente e outra respondeu o *e-mail*, informando que não possuía “informações suficientes sobre o assunto”.

Para a única entidade que se dispôs a responder o instrumento, o Enade “é uma forma de avaliação que compromete e vincula a aplicação do PPP e o desenrolar do Curso”. Quando perguntada se o Enade impactaria na formação de profissionais na área de Turismo e de que forma, a respondente informou que “Diretamente não impacta na formação profissional e no campo aplicado, mas no conhecimento geral”. Para ela, as IES e os envolvidos no curso – docentes e gestores – são pressionados a fazerem o exame e que o “Enade acaba gerando uma certa pressão favorável”. Essa resposta confirma o que Griboski (2012: 189) menciona em seu artigo “(...) há muito a ser feito para a conscientização da comunidade acadêmica acerca da importância da avaliação e do seu aspecto orientador na constituição do currículo dos cursos”. Afinal, o mesmo vai muito além de uma prova. Dir-se-ia que a conscientização deve inclusive extrapolar a comunidade acadêmica, considerando que no turismo também se tem que pensar na formação voltada para o mercado de trabalho, uma vez que o Enade é um elemento indutor da qualidade da educação superior, já que contribui com os cursos e com a formação dos estudantes.

Com relação à pergunta “Como esta associação/ entidade avalia o desempenho dos cursos superiores

de Turismo no Enade?”, a respondente considera que: “O Enade não consegue expressar a realidade no âmbito nacional. O turismo se caracteriza por cursos muito envolvidos e aplicados às realidades locais, entretanto, compromete as IES e o corpo docente em seus resultados”.

A última pergunta, e talvez a que mais interessa aos alunos e aos coordenadores, questionava se a nota obtida pelos cursos no Enade é utilizada pelas empresas turísticas como critério no recrutamento/seleção de funcionários. Para esta associação “O mercado e as empresas do setor não utilizam referências que vem das avaliações da Educação – como das Comissões de Avaliação e Credenciamento ou Enade. Algumas consideram o histórico escolar e o currículo do aluno ou egresso. Já nas diversas convocatórias para Bolsas de Estudos, há mais conhecimento do assunto e por vezes se consideram os resultados do Enade”.

Sabe-se que isso realmente ocorre, fato confirmado inclusive pelas Entidades que escreveram informando não se sentirem aptas a responderem o questionário por desconhecerem o exame. Questão também mencionada por uma das IES entrevistadas. Segundo esse respondente, “o Enade não tem acrescentado aos nossos alunos formandos na área, pois o *trade* não sabe e não leva em conta esse processo na hora de escolher o profissional para o mercado de trabalho. Sabemos que o conhecimento técnico e prático tem sido levado muito mais a sério nessa hora”.

Apesar de não se ter obtido resposta do MTur, cabe registrar seu reconhecimento do Enade no “Projeto de Cooperação entre o Brasil e Portugal na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo”, lançado pelo Ministério em colaboração com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2013, com o objetivo de conceder 50 (cinquenta) bolsas de estudo a alunos brasileiros de graduação em Hotelaria e Turismo para um curso profissionalizante na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal em Portugal. No edital, o Enade foi utilizado como um dos critérios para candidatura, de modo que só estariam aptos a concorrer na seleção alunos matriculados em cursos que obtiveram avaliação no Enade igual ou superior a 3.

Já nos editais posteriores, lançados pelo MTur/CAPES, em 2014, esse critério não foi mantido. No “Projeto de Qualificação Internacional

em Turismo e Hospitalidade – Espanha” que concedeu 60 (sessenta) bolsas de estudo para curso de capacitação em técnicas avançadas de gestão do turismo e hospitalidade em escolas de excelência na Espanha, de com duração de 3 meses, o desempenho da IES a qual o candidato estava vinculado no Enade foi substituído pela nota no ENEM, que deveria ser igual ou superior a 600 pontos. Esse mesmo critério foi utilizado no “Projeto de Qualificação Internacional em Turismo e Hospitalidade – Reino Unido”, que selecionou 50 (cinquenta) estudantes brasileiros para um curso semelhante em escolas de excelência no Reino Unido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que os objetivos propostos pelo Enade têm sido cumpridos, ou seja, verificar o desempenho dos estudantes de graduação em relação aos conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares, checar habilidades face às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e identificar competências para a compreensão de temas exteriores ao âmbito específico da profissão do bacharel em Turismo ligados a realidades nacionais e internacionais.

Apesar das críticas e das fragilidades do exame, pode-se dizer que é um instrumento de avaliação interessante e que reflete sim na formação do estudante, na atuação de coordenadores e professores de IES, desde que cada um desses atores entenda e discuta a melhor maneira de articular e aplicar as informações advindas desse exame em prol de um aprimoramento. Uma das respostas ilustra bem a importância desse entendimento: “O êxito de um curso de Turismo é o resultado de uma soma de fatores: professores em constante atualização, alunos engajados, infraestrutura institucional e, principalmente, um novo conceito de ensino onde não se recebe mais as informações de forma passiva, e sim de forma a obter o conhecimento para aplicá-lo em situações reais e inovadoras”.

Os alunos precisam entender que o Enade não é simplesmente uma obrigação para a colação de grau. É uma relevante oportunidade de autoavaliação e um importante teste de conhecimentos. Já professores, coordenadores e IES precisam incorporar o Enade sistematicamente e anualmente em suas ações pedagógicas de

maneira concreta e relacionando-o às disciplinas e à revisão constante dos Projetos Pedagógicos, mas também às novidades do mercado, às atualizações profissionais e às constantes pesquisas.

Infelizmente, com base nos questionários aplicados, percebeu-se que a importância desse processo ainda não está totalmente clara. Na área de Turismo isso fica comprovado pelo fato de algumas das entidades do *trade* turístico não responderem o questionário por desconhecimento do mesmo e pelas inúmeras respostas dadas por coordenadores, professores ou demais respondentes afirmando que o mercado não considera os resultados do Enade no momento da contratação.

Certamente existem melhorias a serem feitas, principalmente com relação às perguntas da prova e às exigências de quem faz ou não o exame, que precisam ser consideradas. Em 2006 e 2009, os alunos dos cursos de Hotelaria foram obrigados a fazer a prova, gerando indignação e frustração, já que, na opinião de um respondente, o Enade “praticamente não contempla questões da área de Hotelaria”. Outra resposta segue essa mesma linha de argumentação: “Muitos [alunos] relataram que só fizeram as 04 questões referentes à área de Hotelaria, o que deixou o Curso com nota 2 no Enade”. Diante das inúmeras reclamações, a partir de 2012, o curso de Hotelaria não foi enquadrado no Enade, sendo desobrigado de realizar o exame. Fica, portanto, uma questão: seria o caso de uma prova específica para os bacharelados em Hotelaria?

De igual maneira, fica claro que as diferenças regionais também precisam ser consideradas, com intuito de balizar a prova aos respectivos processos de ensino-aprendizagem que, porventura, sejam regionais, levando-se em conta aspectos culturais, por exemplo.

Por fim, julga-se que o presente artigo atingiu seus objetivos de análise estabelecendo correlações entre o Enade e impactos nos respectivos *modus operandi* de cada IES e apresentou alguns reflexos em termo de mercado nacional para a área de Turismo, além de percepções de instituições e associações, contribuindo com informações relevantes para a academia e a sociedade.

No que diz respeito a limitações de pesquisa, convém registrar o desafio quanto à obtenção de dados, em que alguns respondentes desconheciam o assunto ou mesmo se mostraram um pouco reticentes em função do desconhecimento do

tema e do próprio exame, o que ainda assim se registrou como resultado da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Ansarah, M. G. R. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- _____, Rejowski, M. (1996). Panorama do Ensino em Turismo no Brasil: Graduação e Pós-Graduação. *Turismo em Análise*, 7 (1).
- Badin, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Barretto, M. (1996). Produção bibliográfica em turismo no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 7 (2): 93-102.
- _____, Tamani, E., & Silva, M. I. da. (2004). *Discutindo o Ensino Universitário de Turismo*. Campinas: Papirus.
- Brasil. *Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996*. Institui as Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 08 dez. 2013.
- Brasil. Ministério da Educação. (2006). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório Síntese Turismo - ENADE 2006. Brasília-DF. 177p.
- Brasil. Ministério da Educação. (2009). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório Síntese Turismo - ENADE 2009. Brasília-DF. 161p.
- Brasil. Ministério da Educação. (2012). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Relatório Síntese Turismo - ENADE 2012. Brasília-DF. 249p.
- Carvalho, M. A. (2008). Os números do ensino superior em turismo e hospitalidade no Brasil: 2001 a 2006. In: Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 5, Belo Horizonte, *Anais...Anptur*.
- Dencker, A. F. M. (2004). Planejamento e Gestão de Hospitalidade e Turismo: formulação de uma proposta. In: Dencker, A. F. M. *Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Griboski, C. M. (2012). O ENADE como indutor da qualidade da educação superior. *Est. Aval. Educ.*, São Paulo, 23 (53): 178-195.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2015). *Seminários ENADE 2015: O ENADE no Sistema Nacional de Avaliação da educação superior (SINAES)*. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES/INEP.
- Jesus, V. L. R. (2012). Um panorama da educação superior em turismo no Brasil com base nos

- resultados do ENADE 2006 e 2009. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 9, 2012, São Paulo, Brasil. *Anais... ANPTUR*.
- Lazzarotti, F., Xavier, W. G., Coelho, A. L. A. L., & Souza, M. J. B. (2010). Existe relação entre a queda da demanda de cursos de graduação em turismo e a busca por mestrado na área? Uma análise preliminar. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 7, São Paulo, Brasil. *Anais... ANPTUR*,
- Lima, A. V. B., & Silva, S. D. C. M. (2007). Bacharel em turismo: profissional sem formação de mercado ou mercado sem conhecimento da profissão? In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 4, São Paulo, *Anais...*, ANPTUR.
- Lima, J. R., & Rejowski, M. (2011). Ensino superior em turismo no Brasil: a produção acadêmica de dissertações e teses (2000-2009). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 5 (3): 406-432.
- Matias, M. (2002). *Turismo Formação e Profissionalização: 30 anos de história*. São Paulo: Manole.
- Ministério da Educação. (2002). *Parecer nº CES/CNE 146/2002: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design*. Brasília: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0146.pdf>. Acesso em 20/01/2013.
- Mota, K. C. N., & Anjos, F. A. (2012). Educação superior em turismo no Brasil: Análise da oferta de cursos superiores no Nordeste brasileiro pelos institutos federais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 6 (1): 48-63.
- Oganauskas, D. S. N., Gomes, B. M. A., & Andrukui, A. M. G. (2012). Bacharelado em Turismo no Brasil: História e contribuições da Universidade Federal do Paraná. *Turismo e Sociedade*, 5 (2): 563-583.
- Ramos, M. G. G.; & Garcia, T. E. M. (2006). Ensino superior de turismo no Brasil: algumas reflexões. *UNIREVISTA (UNISINOS)*, 1 (2): 1-10.
- Rejowski, M. (1996). *Turismo e pesquisa científica: pensamento internacional x situação brasileira*. Campinas, SP: Papirus.
- Ruschmann, D. (2002). *Turismo no Brasil: análises e tendências*. São Paulo: Manole.
- Shigunov Neto, A., & Maciel, L. S. B. (2002). Formação profissional nos cursos de turismo no Brasil: algumas reflexões à luz da LDB/96 e das diretrizes curriculares para os cursos de graduação. Shigunov Neto, A., & Maciel, L. S. B. (Orgs). *Currículo e formação profissional nos cursos de turismo*. Campinas, SP, Papirus.
- Silveira, C. E., Medaglia, J., & Gândara, J. M. G. (2012). Quatro décadas de ensino superior de turismo no Brasil: Dificuldades na formação e consolidação do mercado de trabalho e a ascensão de uma área de estudo como efeito colateral. *Revista Turismo Visão e Ação*, 14 (1): 6-18.
- Sogayar, R. L., & Rejowski, M. (2011). Ensino superior em Turismo em busca de novos paradigmas educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. *Revista Turismo Visão e Ação*, 13 (3): 282-298.
- Teixeira, R. M. (2001). Ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil: um estudo exploratório. *Turismo em Análise*, 12 (2): 7-3.

Contribuição dos autores na construção do artigo

Alissandra Nazareth de Carvalho: Proposição e estruturação do artigo. Introdução, referencial teórico e análise dos dados.

Luciana Araújo de Holanda: Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, metodologia e coleta de dados.

Patrícia Cristina S. Martins: Coleta e análise de dados, conclusão e revisão.

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo: Coleta de dados e revisão.